

A SOBREVIVÊNCIA DOS CERRADOS E DE SEUS POVOS: subsídios da Articulação de Agroextrativismo da Rede Cerrado para formulação de uma política para o bioma CERRADO e Suas Áreas de Transição

Introdução

O Cerrado é um bioma cujo domínio ocupa cerca de 25% do território nacional, numa região central do país. Essa posição central e sua forma de planalto (chapadas cortadas por vales) coloca o domínio dos cerrados como armazenador e dispersor das águas de 5 das grandes bacias hidrográficas brasileiras. As bacias do São Francisco, Tocantins/Araguaia e Paraná tem todas as suas nascentes e principais tributários na região dos Cerrados. Partes importantes da bacia do Amazonas (margem direita), do Atlântico Norte-Nordeste e Atlântico Sudeste (com destaque para a bacia do Jequitinhonha) também nascem e se formam nos Cerrados. Essa localização central, também confere ao Cerrado a condição de bioma de contato (com os domínios da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Caatinga, da Mata de Araucária, do Pantanal), o que o faz portador de uma enorme diversidade de ecossistemas e de espécies animais e vegetais – 1/3 da biodiversidade brasileira se encontra no domínio dos cerrados.

A essa diversidade ecológica corresponde uma diversidade humana, social e cultural. Essa sócio-diversidade vem de muito longe; os Cerrados são ocupados desde, pelo menos, 11.000 anos atrás. As nações do Grupo Macro-Jê são, sabidamente, povos do Cerrado¹, que aprenderam a sobreviver explorando de forma sustentável seus recursos, que são fartos, embora invisíveis para as ciências agrárias modernas, que enxergam o bioma com olhar mercantil de estrangeiro. Também algumas nações Tupi-Guarani (Avá, Kamayurá, Aweti) e Karib viveram ou vivem nos Cerrados.

A sabedoria indígena foi, em grande parte, apreendida pelos povos mestiços e negros que passaram a habitar os cerrados desde o período colonial. O patrimônio sertanejo de conhecimento sobre os Cerrados é, majoritariamente, de matriz indígena. Esse patrimônio propiciou a sobrevivência de inúmeras comunidades camponesas, que como posseiros, vaqueiros ou membros de quilombos, dividiram a ocupação dos cerrados com o latifúndio do gado. Esses Povos do Cerrado sempre foram marginalizados, na medida que eram comunidades colocadas à margem da lei, já que a política oficial só reconhecia os grandes latifúndios.

Mas até aí, os Cerrados não tinham sofrido grande agressão. Foi com a chamada modernização agrícola que os Cerrados entraram no circuito do capital global. Essa entrada se guiou através de uma noção de desvalorização ecológica dos Cerrados e da construção de um senso comum que via os Cerrados como uma região de vazio demográfico² e propícia ao desenvolvimento do setor agroexportador (relevo plano, solos profundos, permeáveis e corrigíveis, localização central).

¹ Grupos: Karajá, Kayapó, Timbira, Xacriabá, Xavante, Xerente, Apoinayé, Suyá, Rikbatsá, Kreen-Akarôre, Bororo, Guató, Ofayé, Kaingang, Xokleng, e outros.

² - Vale dizer, que em 1960, ano da inauguração de Brasília e anterior à expansão do agribusiness nos Cerrados, a área do bioma já abrigava 11 milhões de habitantes, sendo que 64% desse total (7 milhões) se constituía de população rural.

Não só a Natureza foi agredida nesse processo, mas também os povos que viram parte de suas terras, em especial as chapadas de uso comum (onde praticavam o extrativismo e a solta do gado de forma sustentável) serem griladas, roubadas, seja na força, seja na forma oficial de cessão de “terras devolutas” por parte do Estado a diversas empresas. As monoculturas floresceram nos Cerrados – grãos, braquiária, eucalipto, algodão, laranja. Com elas vieram o desmatamento extensivo (perda de biodiversidade e da função hidrológica de área de recarga das chapadas), o excessivo revolvimento e exposição dos solos (erosão, compactação, assoreamento), os venenos (contaminação das águas e da vida) e, o último golpe, que foram os pivôs centrais, efetivando um saque de recursos hídricos de proporções inéditas e assustadoras (abaixamento do lençol freático, diminuição os seca de cursos d’água)³. A mais recente ameaça desse modelo está representada pela construção de novas barragens e por hidrovias cujos projetos, de alto grau de impacto ambiental, têm sido feitos à revelia das comunidades que mais diretamente vão ter seus modos de vida e de produção atingidos por eles.

Para as populações do Cerrado, esse modelo significou perda das terras de uso comum (quando não também as de uso familiar) e das condições ecológicas de reprodução; perda e falta de perspectiva de trabalho (pois a monocultura é eminentemente desempregadora), crescimento do trabalho escravo e infantil (principalmente na atividade de carvoejamento) e, finalmente, o êxodo rural⁴. Parte dessa população, vale dizer, conseguiu resistir e continua, mesmo que de forma precária, a sobreviver nos e dos Cerrados. Outra parte, conseguiu, no período recente, conquistar a terra, através de assentamentos de reforma agrária, que se expandiram nos últimos anos. É um contra-modelo que se gesta no bioma a partir dos movimentos sociais com apoio de algumas ONGs e também, mesmo que pontualmente, de entidades e fundos governamentais. Esse outro modelo, revaloriza os recursos da biodiversidade dos Cerrados e procura reconstruir formas familiares e comunitárias de uso da terra. São populações indígenas, camponesas, assentadas, quilombolas que necessitam de políticas para viabilizar sua sustentabilidade e do bioma.

As propostas abaixo têm um certo foco nessas populações, que tem enraizamento no bioma, pois este tipo de territorialidade é que é geradora de sustentabilidade. Entretanto, elas procuram ir além, pensando o Cerrado como um todo, dentro de uma ação mais global que possa fazer a diferença deste governo em relação aos anteriores que o ignoraram social, cultural e ecologicamente e só enxergaram-no como suporte físico capaz de incrementar nossa política de exportação de *commodities* baratas. Em nome de uma determinada economia se preteriu a ecologia, a cultura e outras economias. Certamente, o custo sócio-ambiental desse processo ainda nos mostrará que essa opção foi, mesmo do ponto de vista econômico, ineficiente e equivocada. É preciso construir outra realidade, outro modelo. A sociedade tomou a frente nesse processo e está pronta pra dar o salto se houverem políticas governamentais que invertam a lógica e as prioridades – ecologia, cultura, democracia, economia includente e agregadora de valor. Talvez este governo

³ - Apenas no estado de Goiás, no ano de 2000, cerca de 900 pivôs centrais cadastrados consumiram 390 milhões de metros cúbicos de água, o que equivale a 2,5 vezes toda a água fornecida à população urbana do estado, cerca de 4,5 milhões de pessoas. Segundo a pesquisa, ainda existem mais de 450 pivôs centrais não cadastrados.

⁴ - Hoje a população da região dos Cerrados mora, na sua maioria, em centros urbanos.

ainda não tenha (e, provavelmente, não queira – vide o perfil do Ministro da Agricultura) como erradicar o agribusiness predatório e desempregador em função de nosso perfil econômico/comercial e de nossa balança de pagamentos. Podemos, entretanto, tirar alguns de seus apoios abusivos, fazer com que ele, pelo menos, respeite as pessoas, não invada seus direitos (a questão da terra é exemplar nesse aspecto) e cumpra a legislação ambiental, entre outras. O meio ambiente comum não é para ser depredado e contaminado por uns poucos. De resto, acreditamos que o importante é apostar em outros modelos compatíveis com a noção de sustentabilidade e apoiar os atores capazes de ser seus portadores, que precisam ser incluídos, deixarem de ser marginais, e querem ter uma relação afetiva, além de produtiva, com o território-bioma.

Propostas básicas para uma política de sustentabilidade sócio-ambiental nos Cerrados e suas Áreas de Transição

- Reconhecimento do Cerrado como Patrimônio Nacional⁵ – Mais do que um projeto de lei nesse sentido deve-se objetivar um amplo processo de discussão com a sociedade brasileira e, por meio de uma Emenda Popular, submeter à votação no Congresso Nacional.
- Ação institucional: criar uma Secretaria do Cerrado

Essa Secretaria, a exemplo da Amazônia, deve ser a instância articuladora de políticas públicas para o bioma, tanto dentro do MMA, como com a sociedade civil e com os outros ministérios cujo objeto de trabalho tenha relação estreita com o território-bioma como: Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Transporte, Desenvolvimento, etc. Deve ter equipe e recursos compatíveis com sua importância estratégica.

A Secretaria deve articular/executar políticas que visem integrar os seguintes eixos básicos de atuação:

a) Reforma Agrária e Meio Ambiente - Reordenamento Fundiário e Gestão Territorial

- Articular a *política de proteção à biodiversidade/unidades de conservação* com a *política fundiária e de gestão de bacias hidrográficas* de forma que haja uma estratégia de correção de rumos e de reordenamento territorial que concilie proteção da biodiversidade, regulação do uso do solo e da água, democratização da terra e regularização fundiária através de assentamentos sustentáveis, regularização (com redimensionamento se necessário) de áreas indígenas, quilombolas, camponesas/comunitárias (geraizeiros, barranqueiros, retireiros, ribeirinhos), etc.
- Realizar discussão com a sociedade (movimentos sociais, ONGs, setores empresariais, etc), governos estaduais e comunidade científica sobre a política e os modelos de unidades de conservação que sejam simultaneamente: capazes de proteger

⁵ Assim como já o são a Floresta Amazônica, a Floresta Atlântica e o Pantanal.

ecossistemas, *habitats* e espécies relevantes; ser economicamente factível (para não gerar UCs abandonadas e depredadas); não ser socialmente excludente e contar com a comunidade local na sua proteção, manejo e gestão; ser aglutinadora e irradiadora de modelos sustentáveis de produção e ocupação territorial.

- Criar e regulamentar modalidades de Reservas Extrativistas e Assentamentos Agro-extrativistas nos Cerrados, considerando as suas especificidades ecológicas, sociais e etno-culturais.
 - Propor e pressionar o Congresso Nacional no sentido de regulamentar o pré-requisito de *uso racional dos recursos naturais* na função social da propriedade, de forma a permitir a desapropriação por dano ambiental ou uso ilegal/abusivo dos recursos naturais.
 - Controlar e regular a expansão das monoculturas através de vários instrumentos como: controle fundiário (junto com o INCRA), retomando terras devolutas e priorizando assentamentos sustentáveis e regularização fundiária de áreas comunitárias; exigência de *licenciamento ambiental* para os grandes empreendimentos já existentes e a serem implantados com medidas efetivas de controle ambiental a serem fiscalizadas [*Avaliar mesmo a proposta de Moratória para o desmatamento de novas áreas dentro do Bioma*].
 - Incentivar a criação de mecanismos de apoio à recuperação de áreas degradadas na perspectiva de uma reforma agrária ecológica (projetos de assentamento incluídos);
 - Rediscutir e rever a normatização relativa ao licenciamento ambiental de projetos de assentamento rural – modalidade de licenciamento que seja ecologicamente responsável sem que impeça a agilidade do processo de criação e implantação desses projetos;
- Estabelecer linhas de crédito rural específicas para sistemas agroecológicos, agroextrativistas e afins.

b) Pesquisa

- Manter um atualizado banco de dados⁶ sobre a situação sócio-ambiental e territorial dos cerrados, integrado e articulado às diversas universidades que vêm desenvolvendo estudos na região do bioma: UNB, UFG, UCG, UFMT, UFMG, UFLA, UFU, UFF, Unimontes e outras.
- Incentivar e apoiar pesquisas (à nível da EMBRAPA, das universidades e ONGs, principalmente), junto com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que instrumentalizem o uso sustentável dos recursos naturais do bioma: agroecologia, extrativismo sustentável, agroflorestação, manejo e criação de animais em sistemas silvipastoris de manejo do Cerrado, criação e manejo de

⁶ - Esse banco deve conter mapas e dados como, por exemplo: de cobertura vegetal e uso da terra da área do bioma, das UCs, Reservas Indígenas, Áreas de comunidades quilombolas, projetos de assentamento, de recursos hídricos (bacias, rede de drenagem, vazão dos cursos d'água, hidrogeologia), de níveis de assoreamento e contaminação das águas superficiais, de áreas degradadas, etc.

animais silvestres (caititus, queixadas, capivaras, etc.), beneficiamento de produtos da biodiversidade nativa (frutas, óleos, plantas medicinais, etc.).

- Apoiar linhas de pesquisa e experimentação com abordagem participativa proporcionando um diálogo de saberes entre o saber técnico-científico convencional e os saberes populares;
- Estimular mecanismos de controle e participação social e comunitária nas linhas de pesquisa da EMBRAPA e órgãos similares.
- Estabelecer mecanismos de proteção e valorização do saber popular/tradicional sobre o uso da biodiversidade dos Cerrados, impedindo as práticas de etno-biopirataria e reconhecendo os direitos que possam advir desses conhecimentos.

c) Fiscalização ambiental

- Concentrar a fiscalização ambiental nas áreas onde o bioma e seus recursos vêm sendo duramente agredidos (agricultura intensiva e exploração de carvão, derrubada de babaçuais e outras espécies de valor cultural, econômico e ecológico):
 - impedir exploração de novas áreas de desmatamento para produção de carvão e intensificar a fiscalização nas hoje existentes
 - controlar e disciplinar o uso das águas, principalmente em áreas de existência de pivôs centrais, de forma a garantir a perenidade e abundância dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos (IBAMA, comitês da bacias, órgãos estaduais). [*Avaliar a pertinência de se estabelecer a proibição do uso de pivôs centrais*]
 - disciplinar e regular o uso de agrotóxicos, em especial onde predominam as pulverizações aéreas [*Avaliar a pertinência de se estabelecer a proibição das pulverizações aéreas*];
 - cobrar o percentual de Reserva Legal exigido por lei, incentivando programas regionais (ou por bacia) de apoio/fomento à revegetação, procurando, sempre que possível, estabelecer corredores de vegetação e fauna entre as propriedades e ligando-as às Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação.
 - fiscalizar e impedir o uso de variedades transgênicas na área do bioma;
 - rediscutir a legislação florestal para a área do Cerrado de modo que : a) possa contemplar os mesmos objetivos da legislação similar para a área de Mata Atlântica, ou seja, que as chapadas, áreas de recarga hídrica nesse Bioma, sejam protegidas tal como os topos de morro o são no Domínio da Mata Atlântica; b) possa contemplar perspectivas de uso sustentável, por parte da agricultura familiar, das APPs – Áreas de Preservação Permanentes - já alteradas;

d) Fomento e Educação

- Criar/articular/gerir fundo(s) de financiamento para iniciativas de uso sustentável dos recursos naturais que sejam, simultaneamente, geradoras de trabalho, de inclusão e justiça social, redistributivas da terra e da renda.
- Fortalecer as iniciativas em andamento, apoiar as em gestação e fomentar novas iniciativas junto a assentamentos, comunidades indígenas, camponesas e quilombolas.
- Fomentar iniciativas que articulem educação ambiental e ecoturismo, desde que essa atividade contemple prioritariamente as populações locais (urbanas e rurais) numa perspectiva participativa, democrática e incluyente.
- Fomentar e apoiar planos de manejo e projetos que envolvam comunidades interiores ou do entorno de unidades de conservação, incluindo as Reservas Indígenas.
- Criar instâncias e/ou apoiar iniciativas visando a capacitação de grupos comunitários para elaboração de projetos de captação de recursos que viabilizem as estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, retirando as restrições para que estes grupos e/ou entidades de agricultores possam apresentar projetos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (hoje privilégio das ONGs).
- Criar ou apoiar uma dinâmica/campanha de educação ambiental visando a revalorização ecológica dos Cerrados, o conhecimento e compreensão de seu funcionamento e de suas riquezas naturais e culturais, a importância da sua conservação e as alternativas existentes. Esse processo pode se dar a nível estadual ou regional, com grande interação da sociedade civil, podendo subsidiar um futuro zoneamento sócio-econômico-ecológico participativo dos Cerrados para um melhor planejamento das ações no bioma.
- Estimular a criação de marcas de caráter sócio-ambiental, referentes a produtos oriundos do manejo sustentável dos cerrados por parte de seus povos/culturas.

Articulação do Agroextrativismo da Rede Cerrado

Junho de 2003